



KAYNARA FERNANDA FERREIRA

O PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL
COM O INTUITO PERSONAE

KAYNARA FERNANDA FERREIRA

O PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL
COM O INTUITO PERSONAE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Direito,
ao Curso de Direito, da Faculdade do Norte
Novo de Apucarana – FACNOPAR.

Prof.^a M.^a Ana Cleusa Delben

Apucarana
2021

KAYNARA FERNANDA FERREIRA

O PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL
COM O INTUITO PERSONAE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Direito,
ao Curso de Direito, da Faculdade do Norte
Novo de Apucarana – FACNOPAR.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof.^a M.^a Ana Cleusa Delben
Faculdade do Norte Novo de Apucarana

Prof. Componente da Banca
Faculdade do Norte Novo de Apucarana

Prof. Componente da Banca
Faculdade do Norte Novo de Apucarana

Apucarana, 22 de novembro de 2021.

O PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL COM O INTUITO PERSONAE

Kaynara Fernanda Ferreira¹

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 ADOÇÃO NO ORDENAMENTO JURIDICO CONCEITO; 2 Contextos histórico do instituto da adoção; 2.1. A adoção na Constituição Federal de 1988; 2.1.2 A adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente; 2.1.3 A adoção no Código Civil; 3 PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO NO BRASIL REQUISITOS PARA A ADOÇÃO ; 3.1 Formalidades no processo de adoção; 3.2 Tempo de permanência nos abrigos de crianças e adolescentes; 3.3 Estágio de convivência; 3.4 Documentação do adotado 4 ADOÇÃO INTUITO PERSONAE CONCEITO; 4.1 aplicabilidade da adoção *intuitu personae*; 4.2 legalização da adoção *intuitu personae*; 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS

RESUMO: Neste artigo venho discorrer sobre os meios do processo de adoção, a maneira como é feita, quais são as dificuldades as facilidades, todo o processo e meios nos quais é feita a adoção pelo sistema brasileiro. Como se dá o início do processo de adoção até o fim. Quais são as maiores dificuldades por que muitas vezes está sendo demorado e burocrático este tipo de processo no Brasil, qual os princípios, normas e fundamentações utilizadas para cada caso de adoção. E por que tamanha dificuldade em alguns processos e também sobre a lotação de abrigos, locais que acomodam antes da adoção, sobre as crianças com idades maiores que não são adotadas facilmente. Como é a adoção *intuitu personae*: um instrumento jurídico que válida de forma efetiva as garantias constitucionais da criança e do adolescente, buscando a explicação de alguns pontos que são essenciais para a adoção, onde o um parente biológico do adotado concorda com a pessoa do adotante. O problema em pesquisa é de que ainda não se tem nada em concreto na legislação para aprovação ou repressão, depende de competência do juízo para conceder que a adoção dirigida seja eficaz para assegurar efetivamente os direitos constitucionais da criança e do adolescente. A pesquisa está embasada no método qualitativo e nas análises jurídicas normativa, jurisprudencial e doutrinária.

ABSTRACT: *In this article I come to talk about the means of the adoption process, the way it is done, what are the difficulties, the facilities, the whole process and means in which the adoption is carried out by the Brazilian system. How the adoption process starts and ends. What are the biggest difficulties, why this type of process is often time-consuming and bureaucratic in Brazil, what are the principles, norms and grounds used*

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, do Curso de Direito da Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR. Orientação a cargo da Prof.^a Orientadora: Ana Cleusa Delben

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, do Curso de Direito da Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR. Orientação a cargo do Prof. Ana Cleusa Delben

¹ Bacharelando do Curso de Direito da Faculdade do Norte Novo de Apucarana FACNOPAR. Turma do ano de 2017. Kaynra_ff@hotmail.com

for each case of adoption. And why such difficulty in some processes and also about the stocking of shelters, places that accommodate before adoption, about children of older ages who are not easily adopted. How is the intuitu personae adoption: a legal instrument that effectively validates the constitutional guarantees of the child and adolescent, seeking to explain some points that are essential for adoption, where a biological relative of the adoptee agrees with the person of the adopter. The problem in research is that there is still nothing concrete in the legislation for approval or repression, it depends on the jurisdiction of the court to grant that targeted adoption is effective to effectively ensure the constitutional rights of children and adolescents. The research is based on the qualitative method and on normative, jurisprudential and doctrinal legal analyses.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como princípio elencar algumas questões do funcionamento prático do processo de adoção de crianças e de adolescentes, e suas principais mudanças no decorrer dos anos, mostrando as principais mudanças que ocorreram até mesmo na constituição de família nas quais mudaram o conceito de adoção.

O principal objetivo elencado do processo de adoção é sobre ajudar crianças e adolescentes, nos quais não tiveram a oportunidade de uma família um convívio familiar, os direcionando para uma nova família na qual lhes proporcionara uma possibilidade de garantir um convívio familiar, onde serão capazes de satisfazer o que não tiveram em família natural.

Para que determinada questão sobre o processo de adoção no qual cumpra todos os requisitos da dignidade da pessoa humana, e também garantindo todos os princípios sobre a criança e adolescente, é necessário esteja em comum funcionamento perante o processo, é necessário zelar pelo procedimento como um todo, para não ferir os direitos da criança e do adolescente, em razão do processo.

A adoção *intuitu personae* assegura de forma correta as garantias da criança e do adolescente, sendo o modo pelo qual os pais consanguíneos ajudam na escolha de alguém para adotar seu filho, podendo não ter um motivo ao certo.

O principal objetivo deste artigo é fazer análise do conjunto de princípios a envolvendo a adoção, com auxílio de doutrina e jurisprudência.

O intuito é dispor o modelo de adoção *intuitu personae* como possível de ser executado, atingindo os objetivos da adoção como um todo. Já que adoção *Intuitu personae* não está regulamentada de forma positiva e nem contrária ao processo de adoção. Sendo aqui elencado com alguns pontos para ser esclarecida podendo deixar

mais claro seu funcionamento, constituído principalmente de livros, artigos científicos, leis e casos já julgados.

No que se refere a estrutura do artigo, tem o início no capítulo 2, onde trata sobre o conceito do processo de adoção, um breve histórico sobre o início até a data do presente estudo. No capítulo 3 elenca sobre os princípios da criança e do adolescente, dentre eles o do melhor interesse da criança, o princípio da dignidade humana. Já no capítulo 4 trata dos aspectos quanto a aplicação da adoção, trata da adoção intuitu personae e os seus aspectos, funcionamento e aplicabilidade. No capítulo 5 uma breve conclusão de pontos importantes no processo de adoção no qual me posiciono e acho importante destaca-los, e resumir de forma detalhada cada capítulo, nos quais foram fundamentais para o problema de pesquisa.

Ao fim as referências bibliográficas, nas quais serviram de fundamentos para o estudo, que o princípio tornar o processo de adoção mais resumido, abordando suas aplicabilidades e normas cabíveis, para garantir os princípios constitucionais e humanos nele englobado.

2 ADOÇÃO NO ORDENAMENTO JURIDICO CONCEITO

O ato da adoção processual é no qual se criam relações semelhantes à filiação ou família biológica, tornando o adotando um filho com direitos e deveres, o colocando em família diferente, dando àqueles que não tiveram os pais biológicos que esperam a oportunidade para serem inseridos em família que o acolha.

Como cita Clovis Bevilacqua a adoção é: ato civil no qual se aceita um estranho como filho". Não é uma definição perfeita, pois o vocábulo "aceita", usado por Clovis Bevilacqua, não reflete bem o comportamento do adotante (1976, p.351). Em geral este é quem toma a iniciativa do negócio. No conceito de outro autor:

A adoção um ato do adotante pelo qual traz ele, para sua família e na condição de filho, pessoa que lhe é estranha, a adoção sendo o modo que atribui a condição de filho ao adotado, ocorrendo total e completo desligamento do adotado com o seu vínculo familiar anterior, salvo no caso de impedimentos matrimoniais. (MUNIR CURY, 2010, p.190).

A adoção é um instituto onde pode ser uma forma familiar construída por meios civis, um modo de suprir e dar satisfação aqueles que são estéreis ou ainda doar um lar aos que se encontrem fora de um seio familiar. Onde segundo Silvio de

Salvo Venosa “descreve a adoção como modalidade artificial de filiação que busca imitar a filiação natural” (2011, p.273).

O art. 227, Constituição Federal trata do princípio da proteção integral da criança e do adolescente, onde deverá ser observado pelo adotante, se ele pode oferecer um ambiente familiar adequado para o crescimento da criança. As famílias que querem entrar no processo de adoção precisam ter ciência da responsabilidade sobre esse ato, assegurando a criança e ao adolescente o princípio da proteção integral, como um dever da família, da sociedade e do Estado.

É dever de todos sobre proteger a criança e o adolescente de qualquer forma que possa afetar os direitos humanos fundamentais, que são: a vida, a saúde, a alimentação, o lazer, a educação, entre outros.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO INSTITUTO DA ADOÇÃO

Pelo Direito Romano com fundamentos ligados ao culto sagrado de cada família, todavia, assumindo o adotado a nova família, esta teria a função de imitar uma família natural.

A palavra adoção tem origem do latim "*adoptio*", ad = para + *optio* = opção, que em nossa língua significa "tomar alguém como filho". Ação de adotar, tomar para si com cuidado.

Segundo Petit apud venosa, no Direito Romano ficaram consagradas duas formas de adoção; a *adoptio* é a qual a criança e o adolescente sem direitos passavam de uma família para outra, e a *adrogatio* onde o pai de família ou chefe de família que entrava na família do adotante com todos os membros da sua própria família.

A princípio somente os homens podiam ser aceitos para terem a possibilidade de adotarem, depois com o enfraquecimento do fundamento religioso, foi também permitido às mulheres que tivessem perdido seus filhos a terem o direito de adotar.

Na Lei 3.071, de 1916, juntamente com o código civil deu funcionamento ao instituto da adoção, o Código Civil de 1916 estabeleceu que somente maiores de 50 anos, poderiam participar do processo de adoção, o procedimento foi banido pelo atual código.

A adoção foi conhecida como instituto na constituição federal de 1988, que no art.6 cuida dos direitos sociais, refere-se à maternidade e a infância.

2.2 A ADOÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A adoção foi reconhecida na Constituição federal do ano de 1988, na qual legitimou que filhos adotivos, e os naturais tem de ter de o modo igual de tratamento, introduzindo, portanto, o princípio da isonomia.

Na concepção de Venosa:

A Constituição Federal contém vários preceitos que direcionam a ordem penal, civil e processual, assim como aqueles direitos e garantias de qualquer pessoa e, particularmente, de crianças e adolescentes. (2011, p.282).

Embasado pela Carta Magna de 1988 Conforme aponta o artigo 227, § 6º: “os filhos nascidos ou não, ou de adoção, terão os mesmos direitos, vedando quaisquer designações diferentes relativas à filiação”, também conhecido como não discriminação dos filhos. No mesmo diploma legal, no artigo 227, § 5º dispõe que “o processo de adoção será assistido pelo Poder Público, em forma da lei, que estabelecerá casos e condições para sua efetivação. (Constituição federal 1988).

Na Constituição Federal de 1988 no artigo 226 parágrafo terceiro, que cuida da proteção da família pelo estado reconheceu a união estável de pessoas de sexos diferentes como entidade familiar e, disposição essa que beneficiou, com o instituto da adoção, as pessoas unidas com ânimo de formarem família. (Constituição federal 1988).

Para assegurar e efetiva aplicação dos atos constantes no artigo 227, parágrafo 6º, ou seja: mesmos direitos e qualificações aos adotandos, proibindo qualquer discriminação relativa à filiação, a respeito aos direitos alimentícios, sucessórios, ao nome, etc.

2.3 A ADOÇÃO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Constituição federal de 1988, fala sobre o princípio da prioridade absoluta, na qual visa o melhor interesse da criança e do adolescente, que buscou tratar com muita evolução e dignidade o ser humano, através de normas e princípios fundamentais, com enfoque especial à criança e ao adolescente.

No art. 227 da Constituição Federal fala sobre a criança e o adolescente deverão ter direito à vida, à saúde, à profissionalização, dentre outros direitos, e trata também sobre a não diferenciação entre o filho legítimo e o filho que foi adotado, tendo

estes os mesmos direitos que aquele quanto ao uso do patronímico familiar e na sucessão.

No dia 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº8069, surge e estabelece como meio de garantir os direitos previstos na Constituição Federal de 1988, que logo em seguida dá um substancial modificação do regime anterior, no qual ficou revogado o Código de Menores, e foram juntadas as duas formas de adoção que vigiam para apenas uma forma, a adoção simplesmente, que passou a vigorar ao lado daquele regulada pelo Código Civil de 1916.

O principal objetivo do estatuto é a proteção integral da criança e adolescente, na qual cada brasileiro que nasce possa ter assegurado seu pleno desenvolvimento, desde as exigências físicas até o aprimoramento moral e religioso.

O Estatuto da Criança e Adolescente tem como regra na qual toda a criança e adolescente têm direito de convivência familiar, sendo ela em sua família biológica, em outra família, como o adotado que passa a viver em outro seio familiar.

Considera-se criança a pessoa até doze anos incompletos de idade, e enquadra-se como adolescente a pessoa situada na faixa etária dos doze aos dezoito anos (lei nº 8.069, 1990, art.2 ECA).

Na concepção de venosa: [...] “Toda criança e adolescente tem direito fundamental de ser criado e educado no seio de uma família natural ou substituta”. (2011, p.282).

No art. 28 do Estatuto da criança e do adolescente, diz que; “colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou do adolescente, de acordo também, o § 1º Orienta que a integração em família substituta deverá sistematicamente verificar o interesse do menor, que será ouvido sempre que possível, dando mais segurança e bem estar.

No qual mostra que a adoção precisa da adaptação do adotado e do adotante do convívio com a futura família, o envolvimento garantindo sempre os princípios garantidos em lei sobre a criança dentre outros fatos, nos quais torna o contato prévio entre eles fundamental, assegurando assim a adequada avaliação da situação em concreto pela autoridade judiciária, a partir de um estudo de caso no qual deve ser levado a efeito por uma equipe técnica profissional.

FACHIN discorre que o direito de convivência: “é uma via de mão dupla, sendo direito dos pais e direito dos filhos, com ênfase para o direito destes que é uma estrela

de brilho maior, em função da prioridade absoluta prevista na Constituição Federal” [...].

A adoção deve se fundar em princípios legítimos, não podendo ser aceito um pedido de adoção como motivo fútil, ou para a obtenção de quaisquer vantagens, dos genitores ou para terceiros intermediários.

O instituto da adoção não pode ser revogado, nem por acordo entre as partes, nem por outra decisão judicial, exceto nos casos que a sentença que concedeu a adoção tiver algum vício.

A adoção é um método de inserir uma criança em um segundo lar, uma segunda família, conferindo à criança a qualidade de filho dos mesmos, é uma medida de proteção e uma instituição com o de caráter humanitário, de dar filhos àqueles a que por natureza não e por outro lado uma finalidade assistencial, constituindo um modo de melhorar a condição moral e material do adotado (DINIZ.p24).

2.4 INOVAÇÕES NA PARTE ESPECIAL DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

A Lei 12.010/09 determinou importantes inovações do ECA, visando o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todos menores, sendo elas:

a) Suavização dos termos utilizados para designar crianças e adolescentes, preocupou-se em abrandar todos os termos pejorativos usados para referirem-se aos menores, excluindo expressões descabidas como delinquente.

b) Fez a adequação da maioridade um exemplo significativo desta adequação é a idade mínima de 18 (dezoito) anos para adotar, a Lei 12.010/09, procurou adequar todos os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, seu público alvo abrange as crianças (pessoas com até 12 anos incompletos) e adolescentes (pessoas com 12 a 18 anos incompletos).

c) Atendimento psicológico durante a gestação (art. 8º, §§ 4º e 5º), proteção à vida e à saúde dos menores inicia-se desde a sua concepção, garantindo atendimento às gestantes, a Lei 12.010/09 instituiu também o atendimento psicológico durante a gestação para prevenir as consequências do estado puerperal, inclusive àquelas gestantes que manifestarem interesse em entregar seus filhos à adoção (§ 5º).

d) Programa de acolhimento familiar ou institucional submetendo a família e o adoto à reavaliação a cada 6 (seis) meses, através de relatório multidisciplinar que, para tanto, fundamentará a decisão judicial compatível.

e) Família extensa ou ampliada o legislador incluiu a denominada família extensa ou ampliada (artigo 25, parágrafo único), formada por parentes próximos com os quais o menor convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade, estendendo-se para além da unidade pais e filhos ou da unidade exclusiva do casal.

f) Da guarda a inovação neste aspecto foi a de tornar claro que o deferimento da guarda do menor a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, sendo este objeto de regulamentação no caso específico (§ 4 do artigo 32).

g) Adoção conjunta a Lei 12.020/09 exige que os adotantes sejam casados civilmente ou que mantenham união estável, sempre exigida comprovação da estabilidade do âmago familiar (§ 2º do artigo 42 do ECA). Todavia, para concessão da adoção conjunta de casais divorciados, separados judicialmente ou ex-companheiros (na hipótese de união estável), será efetivada mediante acordo de ambos sobre a guarda e regime de visitas, além de exigir a comprovação de vínculos de afinidade e afetividade com aquele que não terá a guarda do menor (§§ 4º e 5º do artigo 42).

h) Cadastros estaduais e nacional de adotantes e de menores aptos à adoção, a fim de maior organização e divulgação dos menores em condições de serem adotados, bem como das pessoas dispostas a adotar, incluindo de estrangeiros e brasileiros residentes fora do país. A Lei 12.010/09 foi bastante exigente quanto à operacionalização deste cadastro, tanto que qualificou como crime contra a criança e o adolescente o ato omissivo da autoridade competente que deixar de providenciar a instalação, operacionalização e cadastramento, podendo sofrer pena de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

2.5 A ADOÇÃO NO CÓDIGO CIVIL

Atualmente a adoção é regulada por dois diplomas: a Lei Civil n. 10.406/2002 que trata acerca da adoção para maiores e menores de 18 anos em caráter geral, o Estatuto da Criança e Adolescente, o qual trata sobre a adoção para os menores em caráter especial.

O Código Civil de 2002 não mudou as disposições trazidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, referentes à adoção, continuam competentes os Juízos da Infância e Juventude para processar e julgar os processos de adoção relativos a menores de dezoito anos de idade.

Ambas as duas legislações estão no ordenamento jurídico em comum acordo naquilo que não contradizem. É nítida a simultaneidade e a complementaridade dos dois estatutos, bem como trata nos artigos 45 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o artigo 1.621 do Código Civil de 2002, uma vez que no primeiro postulado somente menciona o consentimento dos genitores biológicos, enquanto que no Código Civil de 2002 foi mais além, dispondo que o consentimento manifestado pode ser revogado até o pronunciamento da sentença. Sendo assim ambos tratam e se complementam para o mesmo intuito de melhor interesse da criança e do adolescente.

3 PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO NO BRASIL REQUISITOS PARA A ADOÇÃO

O código civil junto com o estatuto da criança e do adolescente estabelece alguns requisitos para se dar a adoção, para o adotante, é necessário ressaltar que o essencial requisito é a vontade de adotar uma criança, reconhecendo-a como seu próprio filho, juntamente com os requisitos do art.42 do ECA:

Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 anos, independentemente do estado civil.

§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando. § 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

No que trata sobre a idade mínima o Estatuto da criança e do Adolescente elenca também a idade mínima entre adotante e adotando em no mínimo 16 anos.

Nas palavras de Venosa:

Exige-se, que a idade do adotante seja superior a dezesseis anos, pelo menos, à do adotado. Assim a diferença de idade se explica diante da expectativa do adotante possuir maior experiência de vida, afim de que possa bem orientar o adotado, ou até mesmo com o intuito de igualar a adoção a família biológica. (venosa 2011, p.290).

Ficando assim que não se poderia adotar um filho de idade igual ou superior à do adotante, o futuro pai ou mãe tem que ser mais velho para que possa educar de modo apropriado a criança ou adolescente.

Ainda sobre aos requisitos do ECA prevê aos casais adotantes que vivam em união estável, a possibilidade de usufruírem do instituto da adoção, desde que atestada a estabilidade da família. Também legitimam como adotantes os separados e divorciados, desde que acordem sobre a guarda e regime de visitas.

3.1 FORMALIDADES NO PROCESSO DE ADOÇÃO

Para melhor andamento da adoção, contamos com o cadastro nacional de adoção, no qual tem como função e objetivo a diminuição no tempo de espera, mantendo os cadastros todos atualizados em tempo real, é um sistema que ficam armazenadas informações sobre as crianças e adolescentes e os pretendentes a adoção, esse sistema fica vinculado as varas de infância e juventude. Cada tribunal de justiça fica responsável pelo levantamento desses dados e de abrigos em seu estado, o CNA fica responsável pelo histórico das crianças e de seus pretendentes e os abrigos a partir dos dados registrados em todo sistema.

o processo de adoção ainda é desconhecido pela maioria e é necessário ser preenchidos alguns requisitos mínimos, como ser maior de 18 anos e ter idade mínima de 16 anos entre o adotante e o adotado, de acordo com artigo 42, § 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.2 TEMPO DE PERMANÊNCIA NOS ABRIGOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os abrigos são locais desenvolvidos para abrigar crianças e adolescentes, cujos direitos foram ameaçados ou violados pela família, o abrigo cuida de seus direitos fundamentais, zelando por sua integridade física e emocional. Ao dar entrada em um abrigo imediatamente são avisados conselho tutelar e ministério público, para assim ser averiguada a real situação para ser dado a entrada no abrigo.

De acordo com a legislação, está limitado em dois anos o tempo máximo para permanência de crianças em abrigos, sem que elas estejam disponíveis para adoção. A partir desse tempo, as crianças entram no cadastro de adoção, independente da permissão dos pais biológicos ou responsáveis, podendo esse tempo ser prorrogado em casos de necessidades.

3.3 ESTAGIO DE CONVIVÊNCIA

O estágio de convivência é uma modalidade de guarda, definido como o período pelo qual o menor vai adaptar-se aos requerentes do pedido de adoção, além disso, o menor fica sobre responsabilidade do adotante. Esse período visa fazer as partes reconhecerem as dificuldades da adoção e criarem laços afetivos, no entanto, o estágio pode ser dispensado, caso a guarda ou a tutela esteja com o adotante tempo suficiente, nesse momento o juiz analisa tudo e define o tempo necessário para esse estágio.

Nas palavras de Venosa:

Tem-se o estágio de convivência como: O princípio de adaptar a convivência do adotando ao novo lar. Entende-se ser o estágio de convivência um período de adaptação recíproca, cabendo ao juiz analisar seu período de estágio necessário, pois o período de convivência é a confirmação de interesse das partes. (2011, p.293)

Nesse momento é analisado o bem-estar da criança e do adolescente a adaptação entre a família e o adotado, sendo fixado o prazo pelo juiz de para cada situação.

Como a guarda pode ser revogada a qualquer tempo mediante ato judicial fundamentado e ouvido o Ministério Público, a perda ou a modificação da guarda poderá ser decretada nos mesmos autos do procedimento. A sentença que defere a adoção possui natureza constitutiva, produzindo efeitos aquisitivos do novo parentesco e extintivos do parentesco anterior, assim, deve ocorrer a inscrição, mediante mandado, no registro civil para que tenha eficácia.

3.4 DOCUMENTAÇÃO DO ADOTADO

Ao ser dada a sentença pelo juiz de acordo com o art. 47 do ECA a adoção deve ser registrada no registro civil, em seguida o registro nascimento original do adotado fica cancelado, sendo assim interrompendo os vínculos com sua família natural, para constar, na nova certidão de nascimento, os dados dos pais adotantes, sem qualquer referência à adoção.

4 ADOÇÃO *INTUITU PERSONAE* CONCEITO

A adoção "*intuitu personae*" que do latim, significa "consideração à pessoa, que também se diz adoção dirigida, ou acompanhada que se caracteriza pelo desejo do responsável ou familiar de entregar uma criança ou adolescente à pessoa determinada ou conhecida.

Suely Kusano diz:

Adoção intuitu personae é aquela em que a mãe manifesta a vontade de disponibilizar o filho para a adoção e, sem que tenha havido a suspensão ou a perda do poder familiar, indica, fundamentalmente, pessoa determinada a ser o adotante, antes que esta tenha convivido com o adotante e, por isso, ainda não criado o vínculo de afeto, desnecessário que o indicado esteja previamente inscrito no cadastro de adotantes[...] (KUSANO, 2011, p.126).

A adoção *intuitu personae* é a qual os pais ou responsável pode participar da adoção, ajudando ou direcionando a criança ou adolescente para um conhecido ou para um desconhecido. Tendo como principal fundamento o princípio do melhor interesse da criança ou adolescente.

A adoção *intuitu personae* ocorre sem a breve inscrição no cadastro nacional de adotantes (CNA), no qual o adotante recebe a criança ou adolescente da mãe biológica ou responsável, não está regulada na legislação brasileira por leis, porem tem sido utilizada com muita frequência, tendo apenas o consentimento dos pais ou somente da mãe, no qual decorre de vários motivos.

4.1 APLICABILIDADE DA ADOÇÃO INTUITU PERSONAE

Por não ser necessário a inscrição no cadastro nacional de adotantes, no qual torna o processo mais rápido, a adoção tem como princípio de poder ser utilizada como ponto positivo dentro do processo de adoção e no direito brasileiro, afim de mudar a quantidade de crianças aguardando em abrigos na lista de espera, podendo diminuir a quantidade de crianças e adolescentes acolhidos nas instituições.

Existem diversas opiniões favoráveis e contrárias sobre adoção *intuitu personae* assim como também vários embasamentos doutrinários contrários a adoção *intuitu personae*, sendo que ela não passa pelo cadastro de adotantes, ficando assim para eles caracterizada como uma violação aos direitos de crianças e adolescentes devendo prevalecer o rito da criança e do adolescente de ser inscrito no cadastro nacional de adotante, já os que defendem com opinião favorável sobre a modalidade de adoção consideram que os princípios ao direito da criança e do adolescente como o da afetividade, do melhor interesse e da proteção integral devem se sobrepor ao prévio cadastro de adoção.

4.2 LEGALIZAÇÃO DA ADOÇÃO INTUITU PERSONAE

A adoção *intuitu personae* não infringe nenhuma das disposições constitucionais, é igual em relação as formas de constitucionalidade, que gera uma garantia jurídica para todos aqueles que fazem parte da adoção. Sendo assim por estar de acordo com a lei sem se opor a constituição e os direitos fundamentais, a sua aprovação está apta, na qual garante os fundamentos do princípio do melhor interesse das crianças e dos adolescentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção teve muitas mudanças significativas ao decorrer dos anos, se atentando as novas mudanças até mesmo da forma de constituição de família que obteve diversas mudanças, modalidades de um modo geral, a previsão de cada uma delas em lei. A adoção é o modo mais completo para garantir uma criança e adolescente, que não teve uma família biológica, poder ser inserida em família na qual garanta seu futuro, na qual mostra que relações afetivas não dependem de vínculo biológico para se validar.

A adoção *Intuitu Personae*, de acordo com o ordenamento jurídico, não existente uma norma na qual determine que só tem a plena capacidade de adotar os que estiverem regularmente cadastrados no cadastro nacional de adotantes (CNA), sendo quando se tem um vínculo de adotante e de adotado, mesmo que não esteja cadastrada o vínculo tem observado. Apesar da não existência de legislação prévia que regule o tema da adoção *intuitu personae*, o que pode ser observado é os princípios do melhor interesse e o princípio da afetividade podem justificar os motivos para consecução de adoção.

A grande problemática envolvendo a adoção *intuitu personae* é a sua não previsão em lei, que não expressa a sua vedação e não se opõe a sua legalização, o modo de adoção direta é de suma importância, pois sua aprovação irá proporcionar maior exercício dos direitos das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BATISTA Isabella Almeida. **ADOÇÃO INTUITU PERSONAE E A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL**. Disponível em: repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12575/1/21326862.pdf. Acesso em: 13 de out 2021.

BEVILAQUA, Clóvis. **Direito de Família**. 7.ed. São Paulo: Rio, 1976.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. In: Vade Mecum Acadêmico de Direito. Organização Anne Joyce Angher. 2. ed., (Coleção de Leis Rideel). São Paulo: Rideel, 2009a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] União, Brasília, 5. out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 ago. 2021.

CIPRIANO Bárbara Thaynná Rodrigues. **Adoção intuitu personae** disponível em: ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-de-familia/adocao-intuitu-personae. Acesso em 10 de out 2021.

CÓDIGO CIVIL. Lei 10.406 de 2002. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out 2021.

CONSTITUICAO FEDERAL DE 1988. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Passo a Passo da Adoção**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wtuQY8jaZ0U>. Acesso em: 21 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatórios estatísticos do cadastro nacional de Adoção (CNA)**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. , 5º volume 22. ed. rev. e atual. De acordo com a Reforma do CPC. São Paulo: Saraiva, 2007.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Adoção**. Lei 8.069 de 1990. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.ECA (BRASIL, 2009b)

FACHIN, Luiz Edson. **Elementos críticos do direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Breves Considerações Sobre o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.editoramagister.com/doutrina_23385195_BREVES_CONSIDERACOES_SOBRE_O_PRINCIPIO_DO_MELHOR_INTERESSE_DA_CRIANCA_E_DO_ADOLESCENTE. Acesso em: 03 de out 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro v.6: direito de família**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

JUSBRASIL. **Adoção**. Disponível em: <https://naraabreuu.jusbrasil.com.br/artigos/139879987/adocao>. Acesso em: 15 out. 2021.

KUSANO, Suely Mitie. **Adoção intuitu personae**. Tese Doutorado em Direito – Curso de Pós- Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 135. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 19 de set 2021.

Lei 10.406/2002: **Código Civil Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 de out 2021.

Lei 8069/1990: Dispõe sobre **o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 de set 2021.

Lei n. 12.010/2009. Dispõe sobre **Adoção**; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga positivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 13 nov 2021.

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 07 de set de 2021.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito de Família**. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2001.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Ingrid Cristina de. **O Processo De Adoção No Brasil**. Disponível em: aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/918/TCC%20Ingrid.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 set. 2021.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Adoção: quais são os tipos mais conhecidos**. Disponível em: <http://www.rodrigodacunha.adv.br/7790-2/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

PETIT, Eugene. **Tratado elemental de derecho romano**. Buenos Aires: Albatroz, 1970, p. 173, 2009.
Projeto de Lei 369/2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=127082>. Acesso em: 23 de set 2021.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família**: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense, 2009.SP, 1976, P. 171 apud RIZZARDO Arnaldo.

SILVA Letícia Gonçalves. **Adoção intuitu personae**: um instrumento jurídico para assegurar de forma efetiva as garantias constitucionais da criança e do adolescente Disponível em: jus.com.br/artigos/78534/adocao-intuitu-personae-um-instrumento-juridico-para-assegurar-de-forma-efetiva-as-garantias-constitucionais-da-crianca-e-do-adolescente. Acesso em: 01 de out 2021.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito de Família**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS que me permitiu viver todos momentos até aqui, com sua graça fez tudo acontecer.

Segundo à minha família, e aos meus pais Maria e Odair, que me ajudou a superar tantos momentos difíceis, me ajudaram a conquistar esse objetivo e que sem eles nada disso seria possível.

Aos professores que me ensinaram lições de vida, e que me ensinaram com tanta dedicação inclusive minhas orientadoras Ana Cleusa e Ivana que deram todo o apoio para que esse sonho se torna-se possível.